

Práticas do Ensino de Filosofia para/com Crianças: experiências democráticas a partir do Contrato Social¹

Paula Schuartz²

Caroline Good³

Natalia Hostins Schmitt⁴

Karen da Silva Franklin⁵

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a prática da filosofia para/com Crianças e analisar de que modo as experiências democráticas podem transformar as relações estabelecidas no contexto da sala de aula. A proposta foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) interdisciplinar Filosofia e Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no período de 2024 a 2026, realizado em uma Escola Municipal da rede pública da cidade de Curitiba, com estudantes do ensino fundamental do 5º ano. O conceito de Contrato Social é abordado a partir da perspectiva do filósofo Jean-Jacques Rousseau, especialmente no que se refere à constituição da vontade geral e à organização de uma sociedade baseada na participação, no diálogo e na responsabilidade coletiva. Tal referencial teórico contribui para pensar a escola como um espaço privilegiado de formação cidadã e de vivências democráticas desde a infância. No que diz respeito ao ensino de Filosofia para/com Crianças, a pesquisa fundamenta-se nas contribuições de Matthew Lipman, precursor dessa abordagem, bem como nas ideias de John Dewey, que compreende a educação como uma prática essencialmente democrática e experiencial. A partir desses referenciais, adota-se o método da Comunidade de Investigação, articulado ao uso da literatura infantil como estratégia de transposição didática, favorecendo a problematização, a argumentação e a construção coletiva de sentidos. Dessa forma, a pesquisa se justifica na medida em que a formação e a discussão de um contrato social com crianças do ensino fundamental possibilitam a construção de práticas que promovam relações democráticas entre os próprios alunos e entre alunos e professores. Nesse processo, os estudantes são incentivados a refletir sobre suas ações, dialogar, formular acordos coletivos e desenvolver estratégias para o gerenciamento de conflitos, cabendo ao professor o papel de mediador do processo educativo.

Palavras-chave: Filosofia para/com Crianças; PIBID; Contrato Social; Democracia.

INTRODUÇÃO

O trabalho pretende mostrar como a experiência da Filosofia para/com Crianças pode ser efetivada a partir de uma perspectiva democrática através do contrato social de Jean-Jacques Rousseau. Essa proposta foi aplicada em uma turma do ensino fundamental de 5º ano

¹ Projeto PIBID financiado pela CAPES.

² Professora supervisora do PIBID - pschuartz@educacao.curitiba.pr.gov.br.

³ Estudante de Pedagogia da UFPR e bolsista do PIBID - carolinegoodc@gmail.com.

⁴ Estudante de Pedagogia da UFPR e bolsista do PIBID - natalia.schmitt@gmail.com.

⁵ Prof. Dra. do Departamento de Educação da UFPR e coordenadora do PIBID Interdisciplinar Filosofia e Pedagogia da UFPR - karenfranklin.ufpr@gmail.com.



da Educação Integral em Tempo Ampliado de uma Escola Municipal da rede pública de ensino da cidade de Curitiba a partir do projeto desenvolvido no ano de 2025 pelo PIBID Interdisciplinar Filosofia e Pedagogia da UFPR.

Para compreender como as atividades foram realizadas elencamos alguns pontos de fundamentação e como isso se deu na prática. Primeiro é necessário compreender os conceitos que envolvem o ensino de Filosofia para/com Crianças e em que medida isso tende a proporcionar uma experiência democrática em sala de aula, depois entender como o pensamento desenvolvido por Rousseau pode contribuir para essa prática. Por fim, mostrar como realizamos as propostas junto aos estudantes.

Na Filosofia para/com Crianças destacamos a visão trazida por Matthew Lipman, precursor teórico, metodológico e prático do que foi amplamente difundido, inicialmente, com o termo Filosofia para/com Crianças. Na perspectiva de uma educação democrática, inspirados em John Dewey, buscamos estabelecer a relação que ocupa o ensino de Filosofia para/com Crianças, com o objetivo transformador e filosófico. Já o filósofo Rousseau, entra como aporte teórico para defender uma sociedade movida pelo Contrato Social, aqui não vamos discutir os termos que ocupam os conceitos de educação desenvolvidos pelo filósofo em questão, mas sim como os conteúdos de sua filosofia podem contribuir para uma educação que olhe para “si” e para o “outro”, a fim de estabelecer as relações necessárias com “nós”.

E por fim, apresentar as experiências obtidas pelo PIBID interdisciplinar Filosofia e Pedagogia da UFPR e como a prática pedagógica da Filosofia para/com Crianças estabelece relações com aspectos democráticos a partir de uma proposta inspirada no contrato social.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO: FILOSOFIA PARA/COM CRIANÇAS E A PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

O termo Filosofia para/com Crianças foi criado por Lipman na década de 1960 nos Estados Unidos. O filósofo, sobre influência de John Dewey e Charles S. Pierce, motivado pela ideia de que para uma sociedade democrática seja efetivada se faz necessário uma mudança na postura e no método de ensinar, ou seja, criar uma nova proposta curricular e de ensino que seja condizente com as pretensões democráticas. Além disso, segundo Kohan (2018, p. 15) um dos objetivos de Lipman é a tentativa de tornar a história da filosofia acessível para que as crianças filosofem com ela. Além dos fundamentos, metodologia e prática, Lipman cria as novelas filosóficas, as quais são histórias com personagens baseados em características infantis que dialogam entre si, e passam por dilemas filosóficos.



Nessa perspectiva, nosso desafio em relação à prática da Filosofia para/com Crianças no Brasil é repensar os caminhos tomados por Lipman, criando novas estratégias para compreendê-la e aplicá-la.

Ainda na perspectiva de Lipman, a Filosofia para/com Crianças tem uma finalidade democrática que deve ser permeada pela própria democracia, para isso, seu método se baseou na Comunidade de Investigação, que na perspectiva socrática, busca envolver as pessoas em conversações que levem a reflexões significativas (LIPMAN, 1994), “assim, participar de um diálogo é explorar as mais variadas possibilidades, descobrir as alternativas, reconhecer outras perspectivas e estabelecer uma Comunidade de Investigação”. (p. 13).

É na Comunidade de Investigação que as crianças podem expressar ideias, sentimentos e vivências. Segundo Kohan (2008) essa experiência “é a condição de possibilidade do ser e de conhecer o que existe” (p. 30), assim, o pensamento posto está aberto para busca de sentido e significado, estando ele passível de autoavaliação e autocorreção no processo investigativo.

A Comunidade de Investigação constitui-se num ideal cognitivo, social e político que norteia a prática da filosofia nas escolas. Numa tal Comunidade de Investigação, num marco de relações sociais de cooperação, diálogo e respeito, o contato com bons hábitos cognitivos distribuídos entre os participantes dessa comunidade favorece a constituição de bons pensadores e bons cidadãos, sendo o caráter de “bom” definido pela lógica na dimensão cognitiva e pelos ideais democráticos no aspecto social (KOHAN, 2008, p. 32).

Dentre os vários aspectos desenvolvidos pela Comunidade de Investigação um dos principais é o aspecto democrático, pois a medida em que os diálogos acontecem em rodas de conversa e proposta coletivas os estudantes se aproximam de deliberações aceitando compromissos razoáveis, ou seja, estão dispostos a cooperar para chegar a um ponto justo (KOHAN, 2008, p. 33), assim:

Lipman propõe a Comunidade de Investigação como um espaço onde o diálogo genuíno possa acontecer através de um processo deliberativo, baseado no respeito, o mútuo reconhecimento, na consideração das razões que sustentam as ideias propostas, em suma, na disposição para uma busca comum raciocinada que enriqueça a experiência compartilhada. (KOHAN, 2008, p. 35).

Ao avaliarmos esse processo como parte fundamental da prática filosófica, especialmente no trabalho com crianças, compreendemos que ele vai além da simples transmissão de conteúdos e/ou conteúdos filosóficos.



Trata-se de promover propostas que estimulem o pensamento, a curiosidade e a capacidade de questionar o mundo ao redor e uma experiência do pensar. Desse modo, a filosofia na infância contribui para a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes a partir do exercício e ação do filosofar.

Assim a Filosofia para/com Crianças estabelece na ação uma prática democrática. Segundo John Dewey, a democracia não deve ser entendida apenas como um sistema político, mas como uma forma de vida, baseada na convivência, no diálogo, na cooperação e no respeito mútuo. Para o autor, uma vida digna se constrói por meio da educação, pois é nela que se desenvolvem a inteligência, o pensamento reflexivo e a capacidade de investigação (AMARAL, 1990).

A educação, então, assume um papel central na construção da democracia, ao favorecer práticas que incentivem a investigação filosófica e científica desde a infância. Ao proporcionar oportunidades de pensar, argumentar, questionar e dialogar. O projeto PIBID interdisciplinar Filosofia e Pedagogia da UFPR junto às escolas, contribuem em forma mútua na formação de indivíduos capazes de participar ativamente da sociedade, exercendo sua cidadania de maneira crítica e responsável.

ROUSSEAU, O CONTRATO SOCIAL E A SALA DE AULA

Jean-Jacques Rousseau foi um filósofo do século XVIII que discutiu temas voltados aos conceitos de natureza, sociedade e política. Entre os temas abordados pelo autor está a noção de contrato social, o qual garante à formação social uma estabilidade nas relações e nas disputas de poder.

Para o filósofo, o contrato social “é a base de toda sociedade civil e é na natureza desse ato que se deve procurar a da sociedade que ele forma” (ROUSSEAU, 2014, p. 680), sendo, pois, um aspecto fundamental dessa base social a formulação que diz: “Cada um de nós põe em comum seus bens, sua pessoa, sua vida e toda a sua potência, sob a suprema direção da vontade geral, e recebemos em bloco cada membro como parte indivisível do todo.” (ROUSSEAU, 2014, p. 680).

Por essa proposta em prática em sala de aula é um ato de associação, que parte do olhar para o “eu”, onde estabelecemos um olhar para o “nós”, que se torna parte de um contexto coletivo, de participação de todos e a criação de regras para o convívio na Comunidade de Investigação.



A ideia é que as regras não sejam impostas, mas construídas de forma coletiva em rodas de discussão, sendo votadas de modo que façam sentido para o grupo, como uma espécie de responsabilidade compartilhada.

Essa prática possibilita colocar à disposição a vontade individual em detrimento da vontade da maioria. As crianças pequenas também precisam estabelecer regras que ajudem no funcionamento da Comunidade de Investigação, esse contrato formado pela maioria, é uma forma de exercitar elementos da própria sociedade democrática.

É importante lembrar que o conceito de democracia se altera com o tempo e possui diferentes intuitos, mas estabelecemos aqui que esse conceito é próprio de debate com os estudantes, bem como praticado conforme as vivências em que se permite o diálogo e a aceitação da diferença.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS EM SALA DE AULA JUNTO AO PIBID

Para a aplicação da prática democrática com o contrato social em sala de aula, utilizamos como material didático o livro “Jean-Jacques Rousseau” de Cauê Borges da coleção Filosofinhos da editora Tomo, o qual traz de forma simples e direta para a linguagem infantil aspectos das ideias de Rousseau, ao final do texto temos o convite para a discussão sobre o que é um contrato social.

É importante ressaltar que em todo o processo o professor media os diálogos com perguntas que possam enriquecer o processo de construção dos argumentos, porém as crianças são as protagonistas, que colocam suas ideias, comparam, escutam novas ideias, discordam e mudam conforme os diálogos ocorrem. A perspectiva que se adota é a de transposição de um tema discutido pela história da filosofia, para a linguagem infantil. A literatura é um grande aliado nessa transposição, pois faz a ponte entre o acesso infantil e a linguagem filosófica. Franklin defende uma linguagem acessível, o que não significa perder conteúdo, mas sim dar condições de compreensão de significados, ou ainda dar condições de diálogo (FRANKLIN, 2016, p. 35).

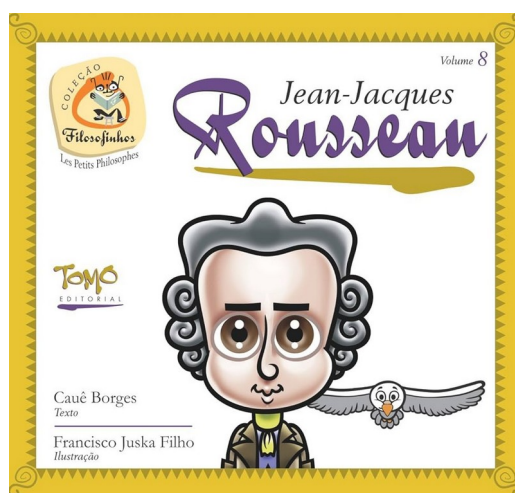
O primeiro passo da aplicação é dispor os alunos em círculo, e lembrar a dinâmica da aula anterior: os alunos descobriram qual o mascote da sala, que estava dentro de um caixa misteriosa, através da realização de perguntas que só poderiam ser respondidas pelos professores com sim ou não.



Com a caixa, havia uma carta enviada por um amigo desconhecido, nela continha a primeira regra a ser introduzida no contrato social, a ser desenvolvido pelo grupo, sendo ela: “Falar com o mascote na mão, levante a sua mão e espere a sua vez”.

Após esta retomada realizamos a leitura do livro infantil Jean-Jacques Rousseau, que ao final da história realiza um convite para a discussão dizendo “Formaria um mundo novo do Contato Social” (BORGES, 2013), os próprios estudantes ficam curiosos em relação ao tema, e trazem o tema para o debate.

Figura 1 - livro utilizado como material teórico.



Fonte: Próprios Autores (2025)

Uma das habilidades que desejamos estabelecer aos professores que passam pelo projeto é a de introduzir questões ou ainda produzir perguntas a partir do que dito pelas crianças. Essa habilidade é muito importante para o professor mediador, ele deve ser capaz de compreender pensamentos, auxiliar com novas indagações e na fluência do debate, sem deixar que suas opiniões influenciem tenham influência significativa, deixando que os próprios estudantes gerem conclusões e reflexões e até mesmo revisão de pensamentos e opiniões.

Para realização desse debate acerca do contrato social, se estabeleceu o que chamamos de plano de discussão: uma série de perguntas previamente organizadas que podem guiar o debate de acordo com as circunstâncias e especificidades de cada turma.

O plano de discussão que auxiliou nessa experiência tinha as seguintes perguntas:

O que é contrato social?

Por que precisamos do contrato social?

Quais contratos seguimos na nossa vida social, familiar ou escolar?

O que vocês pensam sobre fazermos o nosso contrato social?



Na dinâmica produziu-se os seguintes diálogos que ocorreram com estudantes da Oficina Pedagógica 5 - representados por alunos e alunas do 4º e 5º ano do ensino fundamental, que frequentam a Educação Integral em Tempo Ampliado de uma Escola Municipal da cidade de Curitiba.

Iniciamos as discussões a pergunta: “O que é um contrato social?”

E obtivemos as seguintes respostas:

“Seria o que pode e o que não pode fazer”

“Serve para não cometer erros”

“É o que aceitamos fazer”

“É para não haver brigas”

“Precisa colaborar”

“É como uma lei, mas nem todos seguem”

“São os combinados”

“É o consenso”

“Para que seja justo”

Algumas crianças mencionaram sobre guerra e o poder que uns têm sobre outros. E segundo os estudantes esse poder sobre os outros pode se dar a partir do discurso, das armas ou a partir da imposição de regras.

A partir dessa relação, conversamos sobre essas duas formas de agir em relação às regras: Conversar e chegar a um acordo ou impor regras e usar a força.

De comum acordo entre os estudantes, estabelecemos que as regras devem ser votadas por todos, e assim fomos chegando à ideia de quais regras seriam interessantes para o nosso grupo dentro do nosso contexto específico: A escola.

Dessa forma as regras começaram a ser delimitadas como:

“Fazer o bem”

“Não brigar”

“Para que ninguém interrompa o outro quando estiver falando”

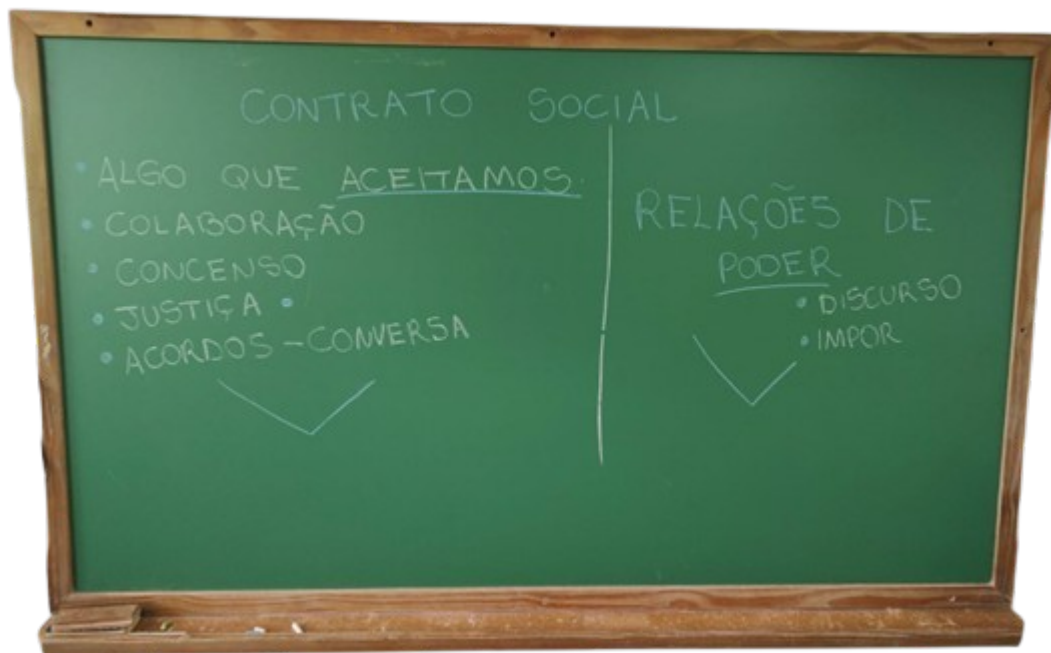
Deixamos a pergunta para reflexão: podemos mudar as regras caso elas não estejam funcionando, ou não sejam mais boas para o grupo?

Nota-se que as perguntas colocadas no plano de discussão não necessariamente são as perguntas que nós realizamos para os estudantes, pois são eles que ditam os caminhos do diálogo. O plano é usado na medida em que se faz necessário para o enriquecimento do debate, mas não é ponto obrigatório.



Após os diálogos os estudantes foram convidados a registrar algumas palavras no quadro, tentando elencar ideias pós diálogo, que nos ajudassem a compreender o que é um contato social:

Figura 2 - registro do quadro com as ideias dos alunos acerca do termo Contrato Social.



Fonte: Próprios Autores (2025)

A partir de toda a reflexão realizada, passamos para produção do nosso contrato social, assim os estudantes sugerem as regras que devem ser colocadas no contrato, essas regras são escritas no quadro e votadas pela turma, sendo aprovadas, os estudantes são convidados a sentarem em duplas e escolher umas das regras para realizar o registro escrito e um desenho.

As regras serão coladas em folha papel criativo e fixadas nas paredes, as crianças também assinam o contrato, como o registro de um documento, onde firmam o seu compromisso em respeitar as regras que eles mesmos determinaram para o grupo.

Regras estabelecidas pela Oficina Pedagógica 5:

1. FALAR APENAS COM O MASCOTE NA MÃO.
2. RESPEITAR A TODOS.
3. CUIDAR DOS MATERIAIS.
4. NÃO SER AGRESSIVO (FISICAMENTE E VERBALMENTE).
5. NÃO INTERROMPER A FALA DO OUTRO.
6. NÃO BAGUNÇAR.



Figura 3 - Contrato Social elaborado pelos estudantes.



Fonte: Próprios Autores (2025)

Dentro da experiência relatada da proposta do contrato social, temos como resultado a roda motriz para o trabalho democrático com crianças em uma educação na perspectiva do diálogo, ou seja, é a partir do estabelecimento e da concordância com as regras do contrato que a Comunidade de Investigação pode gerir seus conflitos e realizar as discussões filosóficas. Lembrando que esse trabalho não é estanque, ou seja, as regras do contrato são passíveis de mudanças conforme a necessidade do grupo.

A criação das regras e seu cumprimento implica em um processo reflexivo e avaliativo que a comunidade pode fazer ao longo do processo, ou seja, o grupo pode voltar as regras para detectar pontos que estão bons e ponto que precisam ser melhorados, por exemplo, uma das primeiras regras combinadas com os estudantes, a partir da leitura da carta do amigo desconhecido foi: “Falar com o mascote na mão, levante a sua mão e espere a sua vez”, essa regra introduzida de forma lúdica, estabelece e organiza os momentos de fala e de escuta, porém há dias em que os alunos, por diferentes motivos não respeitam a regra, assim pode-se voltar a ela e o próprio grupo avaliar como estamos agindo, e assim como com outras regras.

Avaliamos também dentro desse processo a formação de professores, ou seja, como os Pibidianos se relacionam com essas propostas voltada ao exercício democrático, passando a estarem mais abertos a escuta ativa, saindo do papel de professor que detém o conhecimento, se tornando um mediador das ações pedagógicas, deixa de ser um instrutor e passa a acionar um campo de interesse baseados em ações ética e políticas, no sentido de discutir comportamentos, ações e relações de poder.

E por fim, temos nessa proposta uma crença em uma educação significativa, que possa levar para além dos muros da escola as experiências transformadoras da própria sociedade e das próprias possibilidades de vida e entendimento de “si”, do “outro” e do “nós”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências desenvolvidas ao longo deste trabalho mostram que a filosofia para/com Crianças, regida por princípios dialógicos e investigativos, ultrapassa a transferência de conteúdos e se consolida como uma prática formativa integral. Ao promover espaços de escuta, argumentação e construção coletiva, a comunidade de investigação se apresenta como um ambiente para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia. A vivência filosófica na infância demonstra seu potencial não apenas cognitivo, mas também ético e social, ao incentivar a participação ativa e o respeito às diferentes perspectivas.

A articulação entre a proposta metodológica inspirada em Lipman e a concepção de democracia como forma de vida, defendida por Dewey, reforça a ideia de que educar é, também, formar sujeitos capazes de conviver e deliberar em sociedade. A aproximação com o pensamento do contrato social de Rousseau, contribui para a construção de uma consciência coletiva, onde os estudantes passam a compreender a importância dos acordos, das regras compartilhadas e da responsabilidade mútua. Assim, a sala de aula se transforma em um espaço de experimentação democrática, no qual o “nós” ganha centralidade nas relações.

Os resultados observados nas práticas do PIBID, permitiu constatar que as crianças são plenamente capazes de refletir sobre questões complexas, como justiça, poder e convivência. A elaboração e revisão contínua das regras do grupo demonstram um exercício concreto de cidadania, no qual os estudantes não apenas compreendem, mas vivenciam os princípios democráticos, além da importância do papel do professor, que passa a ser mediador, ao assumir uma postura menos diretiva, favorece o protagonismo infantil e a construção coletiva do conhecimento.

Por fim, compreendemos que a proposta apresentada aponta para caminhos possíveis em direção a uma educação mais significativa, comprometida com a formação de sujeitos críticos, participativos e sensíveis às relações sociais. Ao integrar filosofia, infância e democracia, o trabalho reafirma a escola como um espaço privilegiado de transformação, capaz de contribuir para uma sociedade mais justa e dialógica. Dessa forma, as experiências relatadas não se encerram em si mesmas, mas se projetam como práticas que podem inspirar novas ações pedagógicas, ampliando as possibilidades de pensar e viver coletivamente.



REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Nazaré de C. Pacheco. **Dewey: filosofia e experiência democrática**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

BORGES, Cauê. **Jean-Jacques Rousseau**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Currículo do Ensino Fundamental**: Diálogos com a BNCC, 2020.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**: introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. **Rousseau, o bom selvagem**. São Paulo: Humanitas, 2007.

FRANKLIN, Karen. **Filosofia no ensino fundamental**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia**. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOHAN, Walter Omar. **Filosofia para crianças**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LIPMAN, Matthew. **A Filosofia vai à escola**. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

_____. **Filosofia na sala de aula**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

_____. **O pensar na educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MURARO, Darcísio Natal. **A educação filosófica**: fundamentos e metodologia. Curitiba: IFEP e Fundação Sidônio Muralha, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Do contrato social**: ensaio sobre a origem das línguas. Discurso sobre as ciências e as artes. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Abril Cultural, 1973

